

Associações de Jovens, Estado e Política em
Moçambique – Da herança a Novos
Desafios

Adriano Mateus Biza
Universidade Eduardo Mondlane
Departamento de Arqueologia e Antropologia

Conference Paper nº 02

Conferência Inaugural do IESE
“Desafios para a investigação social e económica em Moçambique”
19 de Setembro de 2007

ASSOCIAÇÕES DE JOVENS, ESTADO E POLITICA EM MOÇAMBIQUE – DA HERANÇA A NOVOS DESAFIOS

Adriano Mateus Biza
Universidade Eduardo Mondlane
Departamento de Arqueologia e Antropologia
adriano.biza@uem.mz
abiza@kula.co.mz

Resumo

O presente artigo é uma reflexão baseada em pesquisas exploratórias conduzidas no âmbito do desenvolvimento de um plano de formação. Os dados empíricos que a sustentam provêm das pesquisas de terreno que vem sendo realizadas desde 2003 em duas instituições caso - as associações Aro Juvenil (ARO) e Positiva Juvenil (APOJ). A reflexão pretende contribuir para a compreensão do fenómeno associativo juvenil, principalmente no que concerne as dinâmicas actuais do movimento associativo no campo político

O artigo postula que a natureza das relações que o Estado estabelece com os agrupamentos associativos de jovens é uma espécie de herança histórica, relação ainda configurada pelas dinâmicas e motivações políticas do contexto de partido único. Esta cultura política é apropriada, recriada e dada novo sentido pelos jovens da actualidade que não partilham o mesmo sistema de valores, a mesma visão do mundo e sobretudo eles não têm a mesma grelha de entendimento sobre o político. Inseridos num novo contexto de aparente liberalização política, os jovens são doravante confrontados à necessidade de experimentar eles próprios novos dados, desafios e motivações. A cada momento eles (re) negociam a herança ao mesmo tempo que eles garantem as condições de emergência de novos valores e novas modalidades de se relacionar com o Estado e com o político. É através de uma tal tensão entre a herança e a experimentação que a juventude constrói o seu olhar em relação à política e ao Estado; um olhar ambivalente que oscila da conformidade, obediência e dever de gratidão ou de colaboração e assédio assim como da necessidade de reprodução da lógica do domínio das estruturas associativas pelo Estado e partidos políticos mais influentes.

Introdução

Durante a década 90 e como resultado das transformações sóciopolíticas que o país se confrontou ocorreu uma explosão de associações juvenis. Embora constituam um categoria heterogénea, devido a natureza das actividades realizadas, a diversidade do público alvo e dos seus membros; a maior parte destas associações são/foram concebidas como prestadoras de serviços aos grupos sociais desfavorecidos e como grupos de pressão e de interpelação perante a sociedade e poderes públicos sobre os problemas que tocam a juventude.

No entanto, embora estas associações tenham uma génese diversificada, são notáveis referências comuns: aparecem como redes de indivíduos e pequenos círculos sociais nascidos nas igrejas, escolas e bairros onde habitam, mais tarde eles transformam-se em agrupamentos institucionalizados à procura de reconhecimento ou dos poderes públicos ou dos organismos doadores que querem os apoiar. A institucionalização destes agrupamentos associativos segue quase o mesmo modelo, o encorajamento feito pelo Estado e ONGs estrangeiras na medida em que qualquer intenção de apoio aos jovens passava e passa por uma reivindicação para que aqueles se organizem e associem.

É em volta destes grupos associativos que esta comunicação pretende reflectir, mais particularmente a natureza da relação que estas mantem com o Estado em particular e os actores do campo político no geral. A comunicação parte do pressuposto de que as associações de jovens constituem uma variedade de actores entre outras que agem na cena social e política do país, sobretudo no campo das intervenções para o desenvolvimento, no qual também se encontra o Estado. Este pressuposto condiciona que a análise das associações de jovens implique a consideração das relações que estes grupamentos mantem com outros actores que agem no mesmo campo.

Partindo do estudo de caso de duas associações – Aro Juvenil e Associação Positiva Juvenil – a reflexão argumenta que a natureza das relações que o Estado estabelece com os agrupamentos associativos de jovens é uma espécie de herança histórica cuja natureza está ainda configurada pelos desafios e contornos políticos do contexto imediato ao pôs independência. Esta herança traduz-se pela influência e continuidade da cultura política do regime do partido único – a juventude como instrumento, viveiro e seiva na nação,

infantilizada – mas que se confronta hoje a novos dados e configura novas motivações. Inseridos num novo contexto (de aparente liberalização política), os jovens são doravante confrontados à necessidade de experimentar eles próprios novos dados e desafios e levados a (re)negociarem a herança ao mesmo tempo que eles garantem as condições de emergência de novos valores e dinâmicas de socialização política.

Porque não partilham a mesma visão do mundo e sobretudo eles não têm a mesma grelha de entendimento que os jovens de “ontem”, eles constroem o seu olhar em relação à política, ao político e ao Estado nessa tensão entre a herança e a experimentação; resultando numa relação ambigua e ambivalente com o Estado que se caracteriza por oscilar da conformidade, passar pela obediência (em certos casos estratégica) e dever de gratidão, e chegar até à colaboração e “assédio político” (ou co-optação) das suas lideranças tudo no contexto da necessidade de reprodução da lógica hegemónica das estruturas do Estado e partidos políticos mais influentes.

A reflexão analisa esta relação focalizando-se na atitude dos poderes públicos e na natureza de agir das organizações associativas. A atitude dos poderes públicos analisada é aquela que se situa-se no plano largamente político – discursos políticos e políticas conduzidas e almejadas dirigidas aos jovens.

O artigo subdivide-se em duas partes, uma primeira que explora e descreve o contexto do surgimento das associações em Moçambique e uma parte onde se aborda a natureza da relação mantida entre as associações e o Estado. Nesta, a reflexão inicia apresentando a herança, particularmente o tipo de visão que Estado construiu sobre os jovens no período do pós independência; segue-se uma exposição sobre as reais motivações do Estado e uma análise do discurso estatal na actualidade para evidenciar os elementos de continuidade da cultura política anterior. Como forma de terminar são apresentadas dinâmicas, praticas e motivações subjacentes as relações entre Estado, campo político na actualidade tomoando como exemplo ilustrativo o Conselho Nacional da Juventude, palco das confrontações partidárias com vista ao controle político das instâncias de participação e representação da juventude na sua diversidade.

Contexto histórico e surgimento do fenómeno associativo em Moçambique

Em que condições e de que forma emerge o fenómeno associativo? Embora seja fruto de iniciativas autónomas de indivíduos e grupos sociais específicos, a evolução do fenómeno associativo não pode ser apreendida a partir da simples descrição das forças e actores em presença, das formas de engajamento e afiliação, e até mesmo das motivações subjacentes à acção colectiva e associativa em particular. A génese e criação das associações em Moçambique constitui uma resposta às transformações do meio económico, social e político iniciadas no final da década 80 do século passado. As mudanças estruturais ocorridas no país e sobretudo o contexto político e ideológico moldaram a configuração do mundo associativo.

Na apresentação deste processo, privilegia-se uma periodização delimitada em dois períodos que, por seu turno dão uma configuração e carácter particulares ao fenómeno associativo em Moçambique. É nesta periodização excluído o período de antes da independência, onde o associativismo emerge associado à motivações de natureza cultural e simultaneamente é expressão da reivindicação de autonomia da colónia perante a metrópole, e de reivindicação nacionalista mais tarde; e sobretudo porque há pouca referência de associações juvenis. Os poucos vestígios encontrados sugerem que a existência de associações de jovens viradas para a promoção da cultura africana nos jovens intelectuais de então. A maior parte destas associações eram resultados de conflitos geracionais no seio da elite africana (Rocha, 2002 & Sopa 2003).

O primeiro período refere-se ao Moçambique pôscolonial no qual, devido ao novo contexto político e ideológico que emerge – centralização política em volta de um partido – regista-se a contração do movimento associativo. As associações existentes neste período, tornam-se a base e instrumento de mobilização política e ideológica do novo sistema político. Finalmente, o terceiro período, da nova explosão do associativismo, está associado ao contexto da democratização e sobretudo da abertura do sistema político que conduz ao desengajamento cada vez crescente do Estado do domínio económico e social e, por outro lado, ao emergir de novas concepções sobre as estratégias de desenvolvimento que mais privilegiam actores não estatais.

O desafio revolucionário e a emergência dos agrupamentos das massas

No Moçambique pós-colonial, o desenvolvimento e perfil do movimento associativo são marcados pela linha política e ideológica da FRELIMO. A maioria das associações que surgiram durante o período colonial foram reprimidas pelo novo sistema político adoptado para quem o advento da

independência tinha deslegitimado os seus objectivos e finalidades. As associações que quiseram continuar confinaram-se em actividades culturais e recreativas, obrigadas a mudar a sua denominação num esforço de reafirmação identitária e ruptura de todo o tipo de relações e vestígios com a antiga potência colonizadora.

Para a FRELIMO e o seu governo saídos da independência do país, a limitação e abafamento do movimento associativo que já existia fazia parte do seu ataque ao poder, ao Estado colonial e seus vestígios. Era imperativo do momento fazer desaparecer o Estado colonial e as suas instituições. Esta « limpeza » incluía o movimento associativo, que a seu ver representava ainda as ligações entre o Estado colonial e o povo moçambicano, pese embora o facto de que algumas destas associações proporcionaram e serviram de espaço político e social para o crescimento da consciência anti-colonial (Rocha, 2002; Sopa 2003).

Como partido único, a FRELIMO tinha como principais missões: construir o Estado nação; conceber uma nova sociedade e concretamente um modelo de desenvolvimento do país cujo Estado era o agente principal assim como integrar os diferentes grupos sociais no seu projecto político. O novo regime político adoptado, que se confunde na maior parte da sua história com a do partido FRELIMO (Frente da Libertação de Moçambique), cuja hegemonia e legitimidade encontram a sua fonte na guerra de libertação por si conduzida, começa a desempenhar um papel primordial e central em todas as esferas da vida. Tendo-se declarado de ideologia marxista-leninista em 1977, ele centraliza a actividade política e económica e coloca-se como único interveniente em todas as esferas da vida social, limitando a margem de iniciativa e de liberdade individual, considerada desde então conquistada.

Com a independência, a natureza dos desafios era outra, a FRELIMO que acabava de aceder à soberania tende todavia a substituir o Estado colonizador enquanto procura ainda um espaço político e territorial unificado, assim como a coesão nacional necessárias para a autodeterminação. O Estado herda uma sociedade que está em mutação e que deve ser conduzida por um Estado que ele próprio não possui instrumentos e meios de acção política que lhe permitam controlar esta mutação e concretizar o seu projeto político. Foi desta situação e imperativo que houve a necessidade de instituições tidas e vistas como instâncias pelas quais a unificação do país e a mobilização política e ideológica poderiam ser operacionalizadas. E desta necessidade se criaram as « organizações democráticas das massas » (ODM) cujo objectivo era mobilizar a população e

servir de intermediário entre esta e o partido. Nesse momento, o processo e assim como a maior parte da actividade política assentavam na crença da mobilização ideológica da população.

As recomendações e decisões para criar organizações democráticas das massas foram tomadas na 8ª sessão do Comité Central do Partido FRELIMO realizada em Maputo, de 11 a 27 Fevereiro de 1976, resultado da constatação de que as estruturas do partido não respondiam, a todos os escalões, às exigências da batalha política e ideologia do momento. Assim, com vista a imprimir uma nova dinâmica às suas estruturas, o Comité Central recomendou a criação do Departamento da Mobilização e Organização (DMO) que tinha por tarefa mobilizar os militantes e o povo, assim como enquadrá-los nas estruturas do partido e de organização das massas tais como : a organização das mulheres, organização dos trabalhadores, a organização dos continuadores, a organização dos jovens, a organização dos escritores e artistas, a organização dos jornalistas, e de outras categorias que podiam ser criadas mais tarde (FRELIMO, 1976). Estas organizações eram de capital importância para o projecto político e ideológico, como se pode constatar :

«As organizações democráticas de massa constituem a ligação entre o partido e o povo. Nelas a FRELIMO encontra uma fonte inesgotável de energia revolucionária. As organizações de massa são a grande escola onde se desenvolve a consciência de milhões e milhões de trabalhadores, homens e mulheres, velhos e continuadores. Elas são a base do recrutamento e o centro de formação e de aperfeiçoamento dos militantes do partido. As organizações democráticas de massa constituem o instrumento fundamental do alargamento e da consolidação da grande frente popular anti-imperialista a nível nacional, uma escola de vida democrática e de participação organizada do povo na vida social. Elas permitem à FRELIMO conhecer e sentir, a todo o momento, os problemas, as necessidades, as opiniões, as críticas e as sugestões dos diferentes sectores da população» (FRELIMO, 1976: 57/68)

Neste quadro, as organizações de continuadores e jovens tinham a tarefa de fazer a educação socialista das novas gerações, consideradas a fonte principal dos futuros quadros do partido. Elas constituíam o *viveiro*; uma espécie de espaço de experimentação política, a reserva e fonte principal dos militantes do futuro.

Para a concretização destas recomendações, realizam-se os primeiros passos para juntar a juventude. A partir de Novembro de 1975, emergem as primeiras estruturas da juventude ao nível da base. Por todo o país e sobretudo depois da 8ª sessão do Comité Central da FRELIMO realizada em Junho de 1975, aumentam as acções para a criação de uma organização da juventude. Nesse mesmo momento, a nível internacional, notam-se contactos e trocas de experiências de jovens e estudantes com organizações similares ; alguns jovens moçambicanos viajam para esses países para aprender a experiência dos outros. A decisão de criar uma organização de jovens foi tomada na 8ª sessão do Comité Central em Fevereiro de 1976, mas esta organização nasceu no ano

seguinte no quadro da realização da primeira Conferência Nacional da Organização da Juventude Moçambicana (OJM). Esta instituição foi o resultado das acções realizadas pelo Secretariado Nacional da OJM, nomeado a 12 de Abril de 1977 e cuja tarefa principal era realizar uma ofensiva generalizada de informação e sensibilização dos jovens, assim como criar estruturas provisórias da juventude em todo o país (FRELIMO/OJM, 1977: 10)

Segundo o projecto dos estatutos, a OJM foi concebida como uma organização democrática de massas para todos os jovens patriotas do país. A organização é guiada na sua acção pela linha política da FRELIMO (artigo 1º) e tem como objectivo central a educação patriótica e socialista dos jovens e dos continuadores, ganhando-os para o seu objectivo político e ideológico (artigo 2). Neste estágio da revolução, a OJM era chamada a mobilizar e a organizar os jovens moçambicanos para a consolidação do poder popular democrático e edificar as bases políticas e ideológicas da sociedade socialista então em construção (FRELIMO/OJM, 1977: 10).

Assim sendo, todos os jovens com idades compreendidas entre 14 a 30 anos sem distinção de raça, sexo, grupo étnico, nível de escolaridade, origem e posição social, estado civil e religião, são considerados parte dela, desde que aceitem e apliquem os estatutos e programas da OJM. A sua admissão é individual mas sujeita a aceitação. Como deveres principais, os membros são supostos conhecer e aplicar o programa da OJM, participar nas reuniões e tarefas promovidas pela organização de base, e explicar aos outros jovens a política do país assim como mobilizá-los para aplicar as orientações definidas pelo partido e Estado (artigo 5º).

Nessa altura, não havia nenhuma margem de iniciativa e muito menos de liberdade de os jovens e outros grupos sociais se associarem para além destas organizações de massa. A liberdade considerava-se desde então existente e conquistada; e as estruturas de participação também já criadas, era necessário apenas que as pessoas se afiliassem nestas organizações de acordo com a sua categoria social e profissional. Estar fora destas estruturas era expressão de falta de enquadramento, indisciplina, desorganização e liberalismo; valores que era preciso combater.

Como realçaram certos autores, o enquadramento das populações através destas organizações foi característica dominante da maioria dos países africanos que acediam a independência e, visava também assegurar a conformidade e diluir as diferenças. A expressão da diferença e de desacordo eram globalmente proibidos, podendo ser considerados um desvio à norma e por consequência condenados e sujeitos a repressão. Os partidos únicos no poder supunham ter resolvido o

problema da contradição, já que eles próprios consideravam-se a expressão de várias sensibilidades. Os Estados recém criados, para além de conduzir o seu projecto de desenvolvimento e criação de Estado Nação, pretendiam também governar as consciências e as opiniões, regulamentar as atitudes e comportamentos dos seus cidadãos (Mbembe, 1985). A própria noção de *massa* que designava estas estruturas em Moçambique e a própria prática adoptada sugeria implicitamente que a motivação e desafio principais eram a homogeneização e a garantia do conformismo e não a participação na diversidade que já caracterizava a sociedade.

Importa contudo realçar que a atitude diante da diversidade era capital para o projecto político a conduzir pela FRELIMO: se o Estado e/ou o partido reconhecessem a diversidade, significaria que estes aceitariam implicitamente que os actores sociais eram portadores de contradições, desejos e vontades diferentes, que poderiam opor-se aos seus. Ora, o Estado e partido sempre lutaram contra qualquer forma de estrutura intermédia entre si e o Povo (visto como simples cidadão) e que pudesse fragmentar a sociedade e até mesmo se erguer contra si. O discurso e a prática impuseram-se pela negação da contradição, diversidade e pluralidade. Aos jovens por exemplo, o Estado fazia sempre menção aos sacrifícios consentidos pela geração no Poder para garantir a conformidade. Foi necessário que este projecto político caísse na falência, pela acção conjunta de elementos internos e externos, situação que obrigou à aparente liberalização política que dá início nos anos 90 a uma explosão de associações.

A liberalização política e a explosão do fenómeno associativo

Foi nos fins dos anos 1980 e princípios de 1990 que começou o desenvolvimento do fenómeno associativo que assume mais tarde a configuração que se conhece hoje. Esta situação pode ser explicado, entre outros factores, pela abertura do sistema político em direcção à democratização e pela mudança ocorrida no modelo económico adoptado um pouco depois da independência. O fim oficial do Partido-Estado, o vazio criado pelo desengajamento gradual do Estado no domínio social quando ele opta pela orientação neoliberal, foi cada vez mais preenchido por estas associações e outro tipo de organizações não governamentais. Além disso, há também que considerar o efeito resultante da evolução das concepções desenvolvimentistas que passaram a privilegiar actores não estatais, situação que obrigou o Estado e o sistema político a reconhecer a pluralidade dos actores sociais.

As mudanças mais significativas situam-se no contexto dos problemas económicos, sociais e políticos que o país viveu a partir dos finais da década 70. A recessão económica depois de 1981, a

propagação e intensificação da guerra civil iniciada depois da independência, o fosso cada vez maior entre a visão por detrás do projecto político e a realidade; obrigaram o Poder à uma reorientação política e económica urgente. Tal como referem alguns estudos sobre o período de transição em Moçambique, uma boa parte dos dirigentes políticos compreenderam que naquelas condições a opção socialista não podia mais assegurar a longo prazo, os recursos de que o país necessitava para continuar com a via e modelo de desenvolvimento escolhido (Hans & Nilsson, 1998: 65).

A situação económica do país, sobretudo a diminuição das receitas de exportações e o aumento da necessidade de importações aumentou a necessidade de financiamento internacional para fazer face à situação. A única solução foi a entrada para o sistema das instituições de Breton Wood em 1984. A condição para o apoio financeiro foi a adopção de um programa de ajustamento estrutural, conhecido em Moçambique por Programa de Reabilitação Económica (PRE). Este programa de reabilitação económica e que mais tarde teve a designação de Social, tinha como objectivo principal a liberalização económica e a orientação da economia para o mercado. Nesta política de inspiração neoliberal, o Estado devia desengajar-se de diferentes níveis da economia e da sociedade (Idem).

Em simultâneo com a liberalização económica, assistiu-se à liberalização política que se traduziu pela abertura do sistema político. A este respeito foram tomadas um conjunto de medidas para adaptar a constituição do país aos ajustamentos do momento. Em 1990 foi apresentada uma proposta de mudança da constituição. Com esta, o multipartidarismo é introduzido, os direitos e liberdades dos cidadãos são também inclusos. A nova constituição (re) afirma que a República de Moçambique é uma economia de mercado e que o Estado desempenha um papel regulador e de promoção do bem-estar.

Esta abertura política e económica veio ao mesmo tempo modificar o jogo político e a configuração sociopolítica do país. Ao consagrar o desengajamento do Estado no domínio socioeconómico, esta abertura não só suprime o monopólio político da FRELIMO como encoraja à liberdade e iniciativa dos sectores sociais individuais e colectivos. As instituições e normas anteriores são postas em causa, tendo como consequência a perda parcial da autonomia do sistema político, o que abre novos espaços de participação e de exercício do poder.

Para além da presença de certos elementos que nutriram o desenvolvimento e recurso às associações – o fim do compromisso ideológico, o desengajamento do Estado e o aumento das preocupações sociais – o enquadramento jurídico do direito de associação aos indivíduos através do decreto 8/91 de 18 de Julho, foi igualmente crucial. Este decreto veio dar um estatuto simbólico *de jure* e institucionalizado às associações. Se a mudança política e económica serve de quadro legitimador da nova configuração do fenómeno associativo, a sua explosão e renovação súbita estão principalmente ligadas à aplicação deste dispositivo e sobretudo à evolução das concepções sobre o desenvolvimento sob a impulsão da comunidade internacional.

Desde os anos que se seguiram imediatamente ao fim da guerra, muitos programas de reconstrução e de promoção da reconciliação nacional traduziram-se pela chegada massiva de ONGs estrangeiras que precisam de parceiros locais para executar os seus projectos de ajuda e assistência humanitária. Por outro lado, os programas e estratégias de desenvolvimento, ao nível internacional, evoluem para uma concepção que afasta e pretende contornar o Estado, procurando promover outros tipos de actores, sob a devisa de cooperação descentralizada (Faure, 1998; Houtart, 1998 & Leclerc-Olive, 1998). A comunidade internacional forneceu por esta via a Moçambique os recursos e os conhecimentos necessários para que a sociedade pudesse criar organizações e grupos que se supõe poderem responder às necessidades da sociedade.

Com a comunidade internacional, o movimento associativo beneficiou de um preconceito favorável. O espaço associativo tendeu a autonomizar-se e construir-se simbolicamente por volta da noção de *sociedade civil* e sobretudo no papel que a esta é dado desempenhar no quadro da democracia e desenvolvimento do país. As associações foram colocadas no centro do dispositivo que alia democracia local, desenvolvimento participativo, engajamento cívico do indivíduo, valorização das formas descentralizadas e visão pluralista da participação cuja base é a sua dimensão crítica com relação às instituições do Estado e o sistema político (Kulipossa, 1997; Leclerc-Olive, 1998 & Haubert, 2000). As associações começam então a intervir em muitos domínios: ajuda e integração dos refugiados, educação, agricultura (divulgação da lei de terras), saúde (promoção de campanhas de combate ao HIV/SIDA, planeamento familiar), promoção e defesa dos direitos humanos, entre outros temas.

A aparição desta crença e de certa maneira ideologia sobre o fenómeno associativo enraiza-se na concepção sobre a natureza do Estado que parece emergir. Desengajado, este não é mais tido como único representante do interesse geral. E o espaço associativo tende a ser simbolicamente

construído em volta da noção de interesse colectivo e da desvalorização do político como produto estatal, mesmo se a realidade demonstra o contrário na medida em que o Estado continua a ter uma presença ainda forte na sociedade como um todo.

Concebidas como « anti » por excelência, as associações não só são concebidas como o motor da consolidação da democracia participativa, já que se inscrevem num espaço público caracterizado pela pluralidade de opiniões e conflitualidades de interesses; mas elas são também apresentadas como alternativa à política e ao Estado. Elas são supostas reduzir e resolver a crise da relação entre o Estado e o indivíduo e sobretudo vêm-se investidas de uma missão de correção dos disfuncionamentos do próprio Estado e da crise económica e social (Bayart, Mbembe & Toulabor, 1992; Mamdani & Wamba-Dia-Wamba, 1997; Chabal & Dalloz, 1999). É neste mesmo quadro que o indivíduo é também suposto mudar: ontem objecto de inculcação ideológica, ele é doravante solicitado a exprimir suas potencialidades; ele não se engaja mais por um objectivo central ou mesmo utópico, mas por um acordo que funda novos valores onde este indivíduo é suposto autónomo, pessoalmente responsável de si próprio e actor do seu destino (Delhoume, 2002; Barthelemy, 2002).

Se a década 90 revela a explosão das organizações sociais designadas não governamentais, no que diz respeito as associações, não se pode ocultar a sua diversidade. O fenómeno associativo é marcado por uma extrema heterogeneidade e esta deve-se à natureza das actividades realizadas, à diversidade do público alvo e dos que dele fazem parte. Assiste-se neste período ao desenvolvimento de grupos associativos que por uma lado se focalizam na satisfação das necessidades dos seus membros e, por outro, visam satisfazer a sua vontade de influência social. Em termos de áreas de intervenção regista-se aumento de associações viradas para a defesa de causas mais diversas (meio ambiente, direitos humanos, mulheres, deficientes, etc); agrupamentos que se constituem em volta de uma região, procurando ou preservar a sua identidade cultural ou promover o seu desenvolvimento; e as redes sociais mais ou menos institucionalizadas, constituídas para fazer face ao desengajamento cada vez maior do Estado no domínio social, cujo objectivo da sua criação é a assistência e solidariedade mútua (José & Monteiro 1995; Kulipossa, 1997; Adam & Coimbra 1997; Sogge, 1997; Monteiro, Baia & Tajú 1999).

Ora, é neste contexto que surgem a maior parte das associações juvenis, concebidas ou como prestadoras de serviços aos grupos sociais desfavorecidos, ou como grupos de pressão e de interpelação perante a sociedade e poderes públicos sobre os problemas que tocam a juventude. Na

actualidade não existem dados realísticos de associações de jovens existentes, primeiro porque as instituições públicas não dispõem de um banco de dados e/ou directório de associações; segundo porque empiricamente o processo de actualização é complexo e não ocorre regularmente: os dados existentes revelam o número de associações criadas e nada se diz sobre as dissolvidas.

O processo da génese do movimento associativo juvenil é diversificado. Todavia, dados exploratórios que alimentaram esta reflexão permitem traçar algumas referências comuns: as associações emergem como redes de indivíduos e pequenos círculos sociais nascidos nas igrejas, escolas e bairros onde habitam, mais tarde estas redes transformam-se em agrupamentos institucionalizados à procura de reconhecimento ou dos poderes públicos ou dos organismos internacionais que querem os apoiar. Por outro lado, é de referir que a institucionalização em agrupamentos associativos atrai os jovens porque é também encorajada pelo Estado e ONGs internacionais na medida em que qualquer intenção de apoio aos jovens passa por uma reivindicação para que estes se organizem associando-se.

Embora não exista um modelo único sobre a génese das associações, a tendência global é que estas emergem como grupos envolvidos em movimentos culturais e recreativos e mais tarde se tornam organizações desenvolvimentistas no sentido em que postulam ideias de transformação do meio sócioeconómico em que estão envolvidos, agindo no interface entre os doadores e o público alvo das suas intervenções, em áreas temáticas hegemónicas nas agendas e mercado da ajuda ao desenvolvimento.

De uma forma geral, estas trajectórias colectivas na génese do movimento associativo juvenil relativizam as teses que sugerem que a génese do movimento associativo em Moçambique é simultaneamente expressão e consequência de uma *sociedade civil* emergente.

Uma relação ambígua e ambivalente com o Estado

As associações de jovens são uma variedade de actores entre outros na cena social e política do país, sobretudo no campo das intervenções para o desenvolvimento. Todavia, qualquer que seja a análise destes agrupamentos implica sempre a tomada em consideração das relações que estes agrupamentos mantêm com outros actores que agem no mesmo campo. A análise da natureza das relações externas mostrou-se importante porque ela marca profundamente a configuração da natureza deste tecido associativo e sobretudo o papel que estes agrupamentos desempenham na

sociedade inteira ou para os próprios jovens. De entre vários actores, deu-se prioridade à natureza das relações mantidas com o Estado, pois como nos ensina Bayart em contextos da África subsahariana, este é o lugar privilegiado da produção e da denúncia do fenómeno político, tornando-se nesse sentido, incontornável (Bayart, 1989).

A natureza das relações que o Estado estabelece com os agrupamentos associativos de jovens é uma espécie de herança histórica, relação ainda configurada pelas dinâmicas e motivações políticas do contexto de partido único. Todavia, a permanência do papel da herança não significa a ausência de transformações. Porque o pluralismo e a divergência de opiniões não são radicalmente mais conflituais, e porque os jovens de hoje não partilham o mesmo sistema de valores, a mesma visão do mundo e sobretudo eles não têm a mesma grelha de entendimento sobre o político; esta relação é objecto de mudanças significativas.

Inseridos num novo contexto de aparente liberalização política, os jovens são doravante confrontados à necessidade de experimentar eles próprios novos dados, desafios e motivações. A cada momento eles (re) negociam a herança ao mesmo tempo que eles garantem as condições de emergência de novos valores e novas modalidades de se relacionar com o Estado e com o político.¹ É através de uma tal tensão entre a herança e a experimentação que a juventude constrói o seu olhar em relação à política e ao Estado; um olhar ambivalente que oscila da conformidade, obediência e dever de gratidão ou de colaboração e assédio assim como da necessidade de reprodução da lógica do domínio das estruturas associativas pelo Estado e partidos políticos mais influentes.

De que natureza são estas relações? Uma resposta para esta pergunta implica primeiro a análise da atitude dos poderes públicos assim como a natureza das organizações associativas e as motivações dos seus membros. A atitude dos poderes públicos pode situar-se sobre o plano estritamente legal (o reconhecimento da liberdade jurídica das associações) assim como no plano político (discursos políticos e políticas conduzidas e almejadas). Porque a liberdade de associação existe em quase todo o sítio, pelo menos teoricamente, esta reflexão vai situar-se no plano político, que parece o mais heurístico para revelar da natureza destas relações.

¹ Este argumento é uma hipótese retirada das abordagens relativas à socialização política dos actores sociais, desenvolvido particularmente por Anne Muxel na sua pesquisa sobre os contornos da experiência política realizada em 2002.

Sobre o plano político, a atitude do Estado em relação à sociedade é complexa e cheia de vicissitudes históricas e sobretudo característicos do sistema político precedente. Não se pode compreender as dinâmicas actuais sem procurar saber o que o passado nos ensina. Esta historicidade traduz-se por uma espécie de influência e continuidade da cultura política do regime do partido único - a juventude como *viveiro e seiva na nação* - mas que se confronta hoje a novas situações e motivações da parte dos actores envolvidos. É nesta continuação, ao mesmo tempo ruptura e novas experimentações que se situa a natureza das relações entre o Estado e as associações juvenis.

É nesta tensão permanente entre a herança e o presente que o Estado e os Jovens constroem a sua relação, às vezes ambivalente e contraditória e que oscila da conformidade estratégica, da obediência e dever de gratitude por parte dos jovens; passa pelo assédio político e pela reprodução de práticas de tutela, controlo e vigilância política por parte do Estado e poderes publicos; e, chega mesmo à situações de colaboração política momentaneas, principalmente com alguns jovens organizados em associações .

A herança: uma juventude mobilizada mas como viveiro e instrumento político

Logo após a proclamação da independência do país em 25 de Junho de 1975, a juventude torna-se numa das principais categorias sociais que atrai a atenção das acções e discursos do novo governo. Seis meses depois, justamente em 15 de Dezembro do mesmo ano, o presidente da FRELIMO e da nova República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, reúne-se com mais de mil jovens de todo o país e anuncia a criação de um Secretariado Nacional da Juventude, sendo uma das tarefas imediatas a dinamização do processo da criação da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e preparar a realização da sua Primeira Conferência Nacional, prevista para o primeiro trimestre de 1977.

A questão da juventude tinha já sido tema de atenção e discussão especial alguns dias antes da proclamação da independência, durante a sétima sessão do Comité Central da FRELIMO, realizada em Inhambane (mais precisamente no Tofo). Foi uma sessão convocada para traçar a nova estratégia de gestão do país assim como a definição dos problemas e das prioridades da nova nação. Ao proceder à análise da situação da juventude moçambicana e sobretudo pela constatação da ausência de uma instituição responsável por estes, o Comité Central decidiu deste modo criar a Organização da Juventude como a forma mais correcta de engajar todos os jovens nas mudanças em

curso. Num futuro mais próximo, mesmo a criação de um Ministério da Juventude e do Desporto foi encarada nessa sessão (Reis & Armando, 1975).

No ano seguinte à independência, precisamente entre 11 e 27 de Fevereiro de 1976, Maputo acolhe a oitava sessão do órgão partidário e político e a questão da juventude volta à tona. A reunião decide então acelerar o processo de mobilização e organização da juventude e de criar oficialmente a OJM, mas que só vê o dia no ano seguinte no quadro da realização da sua Conferência Nacional. A OJM é concebida como uma organização democrática de massas destinada a todos os moçambicanos e cujo objectivo central é essencialmente político e ideológico, sobretudo a mobilização e organização dos jovens para a consolidação do poder popular democrático e a edificação das bases políticas e ideológicas da sociedade socialista.

Pode perguntar-se porquê desta preocupação pela juventude? A resposta a esta pergunta implica a análise do discurso desenvolvido pelo partido e pelo Estado a seu respeito para melhor captar a percepção, as motivações e as finalidades que ele visava obter. E a este respeito, precisa-se que os textos de que se baseiou a pesquisa que sustenta esta reflexão não são representativos do conjunto da documentação produzida sobre o assunto neste contexto. Os dados a que se teve acesso sugerem que para o partido-Estado FRELIMO, a juventude (é assim que ela era designada, apesar da homogeneização) constituía o futuro e a garantia da continuidade da Nação e do novo desafio revolucionário. A atenção permanente que ela suscita neste contexto é justificado pelo seguinte: é a maioria e a ela cabe a tarefa central de continuar a revolução, edificar a pátria socialista e defender a soberania e as suas conquistas (Machel, 1980).

Com a proclamação da independência, o país acabava de aceder à soberania e os desafios eram outros, sobretudo a criação de um Estado que pudesse substituir a todos os níveis o estado colonial, um estado que precisava de um espaço político e territorial unificado, pronto para construir a sua legitimidade e concretizar o seu discurso político ideológico, assim como edificar uma identidade nacional. Foi neste processo que a juventude foi vista como indispensável, pois serviria de “ponta de lança” na edificação da Nação, uma força social progressista que devia assegurar a construção da nova sociedade e o triunfo ao mesmo tempo da revolução e da luta (política e moral) contra a dominação imperialista. Este último objectivo era tão vital que dele dependia o engajamento e orientação desta categoria social. Como consequência a juventude devia ser organizada e enquadrada e colocada ao serviço deste projecto que se pretendia colectivo.

Neste quadro, a juventude é publicamente e explicitamente mobilizada para desempenhar um duplo papel: ela é ao mesmo tempo *reserva* e *instrumento político*. No primeiro caso, a juventude é vista como uma fonte inesgotável de quadros necessários para alimentar o partido com forças novas. As formulações discursivas são bem reveladoras em relação a este objectivo: “...a *juventude constitui a estufa, o viveiro de onde sairão os quadros de todo o tipo, necessários para a edificação da sociedade socialista avançada*” (Machel, op cit : 11). Mesmo a famosa equação e metáfora , formulada em Tofo – *a juventude é a seiva da nação* - vai no mesmo sentido: como reserva, os jovens devem alimentar o sistema político e administrativo, eles esperam a sua vez de assumir as responsabilidades históricas, e neste sentido, o partido recorre a eles quando é preciso e se necessário.

No segundo caso, o da juventude como instrumento político, a sua tarefa não é diferente do papel atribuído e a desempenhar pelas novas organizações democráticas das massas (ODMs). Neste contexto, importa lembrar que a nova sociedade resultante da independência foi herdada e devia ser dirigida por um Estado que não tinha instrumentos nem meios de acção política para concretizar o seu projecto político. Assim, o Estado criou instituições tidas e vistas como instâncias apropriadas através das quais a unificação do país e a mobilização política e ideológica deviam ser conduzidas. Elas foram também concebidas como instâncias que permitiriam a participação da população assim como a sua ligação com o topo. A instrumentalização política da juventude era neste contexto muito essencial para o sucesso do projecto de construção do Estado-Nação.

Como instrumento político, quer dizer, sob a direcção e orientação ideológica do partido FRELIMO, a tarefa da juventude estava circunscrita à mobilização dos jovens e no enquadramento do resto da população para a aplicação correcta do programa da FRELIMO, nos domínios políticos e produtivo. No domínio político, a juventude através da OJM (elas confundem-se) é suposta promover e organizar a educação política e ideológica dos próprios jovens e do povo moçambicano no quadro das “tradições heróicas da luta revolucionária”. Ela junta, mobiliza e organiza jovens para que eles participem activamente na reconstrução nacional, na consolidação do poder popular democrático e no processo da edificação das bases políticas, ideológicas, técnicas e materiais da sociedade socialista. No domínio sócio-productivo, a juventude mobiliza outras categorias para participarem de forma activa e permanente no aumento da produção e da produtividade na agricultura, indústria, como noutros sectores da actividade económica (OJM, 1977).

Pode perguntar-se porquê é à juventude que se dá a responsabilidade de realizar estas tarefas e de ser a “ponta de lança” da Nação? A resposta é simples: por causa das próprias características sociodemográficas da população moçambicana e da suposta “ingenuidade” desta categoria social. Na época, a maioria da população era jovem: “mais de 70% da nossa população é constituída de jovens de menos de 25 anos”, dizia Machel. Por outro lado, por causa da sua idade, esta categoria social é vista como “tendo sido pouco contaminada pela ideologia e prática social alienante do sistema colónia capitalista” em relação à outras camadas sociais. Deste modo, ela estava em melhores condições de assumir criticamente novos valores e de continuar o processo revolucionário do nosso país” (Machel, 1980: 11). Para os governantes da época a solução era tão simples: criar condições adequadas para que ela assuma as responsabilidades históricas; e a forma mais adequada para isso era enquadrar os jovens numa única estrutura organizacional, a OJM.

Até agora esta-se perante motivações e finalidades explícitas a partir de um discurso ao mesmo tempo verbalizado e documentado, que foi desenvolvido pelo partido e Estado em relação aos jovens. Tomado desta forma, este discurso é vago não informa sobre objectivos e finalidades implícitas e/ou ocultas. Autores como Achille Mbembe vêem nestes discursos uma verdadeira obra de engenharia política cuja finalidade é assegurar uma subordinação política com a ajuda de mecanismos de controle e de enquadramento das populações (aqui designadas por “massas”), através de uma forte dose de coerção simbólica e sobretudo discursiva. Neste quadro e segundo o autor, a preocupação constante e a atenção dos poderes políticos para com a juventude, e sobretudo o seu enquadramento institucional e organizacional, são apenas formas de garantir a sua *conformidade* e submissão. Mesmo as constantes referências dos jovens como “o futuro”, “seiva” e “esperanças do amanhã” são para ele uma maneira de minimizar e passar sob silêncio o papel que eles os jovens podem e poderiam desempenhar no presente (Mbembe, 1985:13).

As reais intenções do Partido/Estado: obediência, reconhecimento e silêncio

A leitura desta subordinação política e das relações de autoridade e de poder subjacentes é feita por Mbembe a partir de um quadro ligado ao parentesco. Nestas tentativas de assegurar a obediência, o Estado se apresentava como pai, os governantes os mais velhos e anciãos enquanto que os jovens assim como o povo em geral são vistos como os mais novos. Pela força da ideologia da gerontocracia e senioridade, os mais novos devem submissão aos mais velhos; obedecer é sinal de competência que até pode ser recompensada (Idem). A prática e a metáfora do parentesco usada

por Achille Mbembe para ler este cenário, ensina-nos que raramente um filho ou um mais novo rebelava-se contra o pai e o seu mais velho. Da mesma forma, era impossível, aliás impensável contestar a autoridade do Partido/Estado. E numa lógica de *viveiro* e de *estufa* em que estávamos, a recompensa significava ser chamado à integrar a estrutura dos quadros, tanto no partido como na função pública. Logo, pode-se supor que os jovens que chegaram a assumir o seu “papel histórico”, ou seja, desempenhar algum cargo na qualidade de “quadro” foram aqueles que souberam manifestar a sua conformidade, obediência e sobretudo o silêncio.

A consequência lógica deste discurso baseado na tutela, de certa forma paterna do Estado sobre os jovens é a exigência do “dever de gratidão” pelos esforços que foram empreendidos para si. Tais esforços encontravam legitimidade num discurso com uma linguagem que exaltava sacrifícios consentidos pela geração dos recém governantes no processo de luta de libertação até à independência. Este processo iniciado na década 60 é apresentado como obra de jovens como eles:

“entre os primeiros patriotas que prepararam a luta, encontram-se jovens; entre os primeiros combatentes que fizeram o primeiro combate, que dispararam o primeiro tiro, abrindo uma página gloriosa da nossa história, (...) encontram-se jovens...” (Relatório do Secretariado Nacional da OJM à I Conferência da Juventude Moçambicana. Maputo, 1977) .

Por esta via, a geração dos “jovens libertadores” foi impondo e assegurando a sua legitimidade e acima de tudo assegurando o reconhecimento e a obediência, que se traduziam pelo silêncio dos demais outros jovens. É preciso ainda sublinhar que este reconhecimento e obediência eram muito importantes pois apesar de os discursos elogiarem e lisonjear os jovens, estes eram considerados um perigo potencial que era preciso controlar, circunscrever e dominar desde cedo. Como eles são considerados imaturos e ingénuos, eles são facilmente manipuláveis por aquilo que vem de fora/exterior e por isso eles podiam servir interesses de desestabilização desta nova nação. Na verdade o discurso do Partido/Estado em relação a jovens era também tão ambíguo e contraditório: ora exortava, elogiava e mobilizava; ora ameaçava severamente. Mas esta ambiguidade e contradição não eram sem efeitos e sobretudo inocentes da parte dos que os verbalizavam; no fim de contas, era a conformidade e a obediência (sobretudo silêncio) que se pretendia dos jovens mobilizados.

O nascimento do sector associativo dos jovens situa-se no quadro global e de um contexto sociopolítico de liberalização política traduzida pela abertura do sistema político que consagra o desengajamento do Estado, encoraja a liberdade dos actores sociais individuais e colectivos. Apesar de tudo isto, na origem, o Estado, ao querer continuar como interveniente e responsável em

tudo e para todos, ele tem dificuldades em se livrar da sua desconfiança em relação às associações. Como elas foram e são ainda mal vistas, é preciso controlá-las.

Esta natureza de relações que o Estado cria com a juventude não vai desaparecer completamente no novo contexto em que o partido não é mais, ao menos publicamente, assimilado ao Estado. No novo contexto, traços da herança são bem patentes: o Estado tem dificuldade em se livrar da sua desconfiança em relação às associações, um e os outros entreteram sempre relações contraditórias, hesitando entre a liberdade e o controle, mas tendendo para esta última. Mesmo a actual sensibilização e interpelação estatal aos jovens para que eles se associem sob pretexto de um melhor controle pelas políticas estatais não passa de uma estratégia que visa aglomerar para melhor controlar, instrumentalizar e até manipular como ocorria antes.

O legado: o enquadramento dos jovens e o adiamento do seu papel

O tempo passado pesa ainda e muitas vezes sobre a natureza das relações que o Estado cria com os jovens e os seus agrupamentos associativos. Existem efeitos do período precedente porque nota-se a importância dos marcos e referências do sistema político anterior. A herança está bem patente ao nível dos discursos estatais sobre os jovens. Este discurso encontra-se em dispositivos que orientam a política do Estado e a acção do governo, sobretudo a política nacional da juventude e os famosos “planos quinquenais do governo”.

Estes dispositivos que orientam a acção do governo e do Estado moçambicano exaltam ainda a necessidade do enquadramento da juventude (ainda vista de maneira heterogênia) e fazem desta categoria social ainda a “ponta de lança”. Se ontem o desafio era a revolução e a edificação da sociedade socialista, em contrapartida, hoje o novo desafio e a palavra de ordem é o “desenvolvimento”. Trata-se do mesmo discurso mas carregado de novos ornamentos semânticos e de novas desculpas.

No geral a juventude continua sendo a categoria social que atrai mais a atenção dos poderes públicos e políticos. As desculpas não mudam: a juventude constitui a maioria da população moçambicana e é por isso que ela é a principal força no quadro do desenvolvimento económico e social do país. Por outro lado, o passado heróico dos jovens é ainda visitado e perenizado: ontem, eles foram os protagonistas do processo de libertação e da defesa da pátria, eles devem sê-lo hoje assim como sê-lo-ão amanhã no processo das transformações políticas, económicas e sociais do

país (Programa Quiquenal 1994/1999). Desta forma, “o país deve ter como principal preocupação a preparação e o enquadramento da juventude na vida activa e o desenvolvimento do seu espírito de orgulho patriótico” (Programa Quiquenal 2000/2004).

O desafio do enquadramento dos jovens é ainda essencial, de tal modo que esta temática é muito referenciada como domínio prioritário tanto da política nacional da juventude como dos planos quinquenais do governo. Segundo Programa Quiquenal 2000/2004, trata-se agora de “adoptar mecanismos legais e institucionais como vista ao enquadramento da juventude”. O enquadramento não se faz mais através de um só organismo e instituição destinado a todos os jovens. A heterogeneidade desta categoria social é aparentemente aceite.

Porque o tempo é dos pluralismos e das liberdades, a OJM não é mais representativa e a única expressão das diversas sensibilidades desta categoria social, o enquadramento faz-se assim através da interpelação e sensibilização para que os jovens se associem. Trata-se agora de “encorajamento” e de “fortificação” da vida associativa dos jovens; uma acção que se mostra “a pedra angular para a gestão e tratamento da problemática da juventude por parte do governo”. Se para o enquadramento de ontem, as orientações vinham e eram definidas de cima, hoje o Estado dá-se ainda a legitimidade de intervir nas iniciativas da organização autónoma dos jovens, uma estratégia que visa colocá-los sob supervisão e controle. Ao adoptar estas estratégias, pensa fazer destes actores sociais “uma verdadeira força motriz e aglutinadora” e conseguir-se ao mesmo tempo “aumentar a intervenção dos jovens na solução dos seus problemas” (Idem).

Ainda baseada na crença da sua ingenuidade, ou mesmo de imaturidade, o Estado continua a adiar para um futuro hipotético o engajamento e a participação concreta dos jovens em volta das questões actuais que inquietam o país inteiro. Sob a fórmula “os jovens constituem o futuro do país”, estes são dissuadidos e persuadidos a tomar consciência que o tempo presente não lhes pertence, o seu real envolvimento é adiado para o futuro. O presente é o momento da formação, de iniciação e de aprendizagem. Eles só podem ser responsáveis amanhã, o presente tem que ser consagrado à aprendizagem desta responsabilidade. Um paradoxo que não é ingénuo e sem intenção. Esta-se perante a reprodução da lógica da juventude como *estufa e viveiro*.

Por enquanto, a tarefa do Estado é só de “assegurar todas as condições necessárias para sua formação e afirmação profissional”. Esta formação, formal e vocacional, assim como ética, moral e cívica, tem em vista ao mesmo tempo proporcionar aos jovens oportunidades de aquisição,

perfeccionamento e desenvolvimento de aptidões para a sua inserção no mundo do emprego e não para a tomada de decisões políticas e administrativas, por exemplo (Cf. Programas Quinquenais do Governo 1994/1999 & 2000/2004). Digamos que se trata de uma formação que permite aos jovens desenrascar-se sozinhos. Paradoxalmente o Estado paterno de ontem que se pretendia capaz de tudo dar, na condição que a submissão a ele seja aceite, hoje desengaja-se e confina-se no papel de “facilitador”, mas ele quer ainda e a todo o custo ser o todo poderoso, respeitado e obedecido por todos.

Novos desafios e motivações: entre vigilância e a apropriação

A permanência do papel da herança não significa a ausência de transformações. O controle não se faz mais por repressão discursiva e críticas, como acontecia antes. Se na actualidade há liberdade de associação juridicamente reconhecida, o controle do Estado passa por uma “vigilância” das actividades e do funcionamento interno das associações a partir de mecanismos tecnico-jurídicos e administrativos. Está-se assim perante um novo dado da cultura política que ultrapassa o simples enquadramento político que visa a instrumentalização conhecida no período do partido único. Trata-se de “vigilância” que efectivamente se traduz numa forma de tutela política que se exerce pelo recurso a mecanismos administrativos.

Esta vontade do Estado de manter uma tutela política em relação aos actores associados é expressão de um processo de democratização inacabado, sobretudo a aparente abertura do sistema político e a consolidação da sua autonomia. O Estado não se distingue realmente do sistema político, ele é ainda o lugar da produção da política como era na época em que um e outro eram explicitamente a mesma realidade e não se autorizava a emergência de actores senão no quadro de estruturas do partido único.

O sistema político, ao abrir-se de maneira tímida não chega a desempenhar o seu papel de mediador entre o Estado e os actores associativos da sociedade civil. Estes últimos não têm a autonomia adquirida na medida em que as suas solicitações e projectos são imediatamente tratados na esfera estatal. É então esta ausência de intermediário e de mediador autónomo entre o Estado e os actores associativos e consequentemente, o seu imediato contacto face a que suscita esta vontade de vigilância do Estado para com as associações (Tourraine 1994; Delhoume 2002).

A supervisão aos agrupamentos associativos faz-se em dois níveis: primeiro ao nível central, perante os próprios órgãos e instituições ministeriais, mas também ao nível local, onde as associações intervêm implementando as suas acções perante as autoridades locais. No primeiro caso, o dispositivo normativo que regulamenta a liberdade de associação estipula que actas e todas as informações sobre mudanças de estatuto, órgãos sociais e objectivos das associações devem ser imediatamente enviados ao Ministério da Justiça, o organismo que tutela estas liberdades. No segundo caso, o Estado é mantido ao corrente das actividades das associações através de relatórios sucessivos de actividades que estas associações enviam às autoridades políticas e administrativas ao nível da aldeia, da localidade ou do distrito, que por seu turno são enviados ao nível provincial e, sucessivamente, ao nível central.

Estas medidas tem consequência de carácter político sobretudo a utilização que o Estado faz destes dispositivos. O nível local é o mais heurístico e revelador das dinâmicas. O Estado serve-se destes mecanismos para tirar vantagens políticas. Segundo os próprios jovens, por causa destes dispositivos normativos, é impossível e mesmo “impensável contornar o Estado” e os seus representantes ao nível local. Para estes “...não se faz nada sem o conhecimento do Estado, senão haverá impasses...”; por consequência é preciso apresentar-se e fazer-se consultar perante as autoridades locais. Este termo “autoridade local” cobre aqui uma série de poderes políticos e administrativos a nível local, que sejam estatais no sentido burocrático do termo, ou poderes derivados de outras fontes mas que são reconhecidos e aceites pelo Estado.

O Estado, através das autoridades locais desempenha um papel de mediador entre as associações e as populações alvo, que estão sobre o seu território de jurisdição política e administrativa. O processo de salvaguarda e conservação das vantagens políticas começa por aí. As associações de jovens para ter acesso ao meio onde ela desenvolve as suas actividades, precisam das autoridades locais. Pelo controle de informações e capitais diversos, estas autoridades adoptam estratégias para assentar a sua legitimidade e perenizar o carácter “incontornável” e indispensável do seu papel. Não só se tornam indispensáveis para o simples acesso ao local de intervenção mas também para o bom desenrolar das actividades e operações de desenvolvimento que são implementadas por estas associações.

Se cada um destes dois actores, associações e Estado, através das autoridades locais, precisa do outro para prosseguir os seus objectivos, pode pensar-se mesmo que, ocasionalmente, a natureza das suas relações não é concorrencial mas de complementaridade que pode desembocar por vezes em verdadeiras estratégias de aliança e de “casamentos de razão” como nos diz Blundo. É uma espécie de relação de cumplicidade e entendimeto entre o Estado e as associações juvenis que pode nascer desta situação. A natureza desta relação ultrapassa a da situação anterior na qual se colcava o Estado como “instrumentalista” e os jovens como “instrumentos”. Agora, é o contexto que “instrumentaliza” os dois porque leva-os à adoptar acções estratégicas.

Discursos dos dirigentes de associações revelam ao mesmo tempo situações paradoxais e uma diversidade de motivações subjacentes à natureza da relação que o Estado mantm com as associações. Se por um lado, a necessidade mútua pode fazer emergir uma espécie de aliança entre as duas categorias de actores, por outro lado, os jovens revelam a existência de uma lógica de “apropriação” das actividades dos jovens a favor da acção governativa.

Os jovens são desapossados do impacto positivo das suas actividades a favor da acção governativa do Estado. Segundo os jovens associados entrevistados, “é normal” e “natural” que o governo e/ou Estado recupere para o seu benefício as actividades empreendidas pelos seus agrupamentos. Inspirando-se da retórica de uma suposta “necessária” e “indispensável” complementaridade e colaboração do Estado e das organizações da “sociedade civil”, o governo tem sempre a tendência de se atribuir os méritos e a paternidade das iniciativas elaboradas muito longe de si, e inscreve-os com autoridade e valor como participantes dos seus esforços do desenvolvimento do país e do combate e redução à pobreza.

Quando o governo, ao nível central apropria-se e inscreve iniciativas das associações no “âmbito dos seus esforços” e o Estado se torna indispensável ao nível local através das suas autoridades, estes poderes públicos nada mais fazem senão inventar a sua maneira de fazer política. Como nos lembra Blundo, a política é uma questão de registo do discurso, da palavra e da manipulação (Blundo, 2000: 71/100). Assim, as autoridades locais procuram construir e erguer a sua

legitimidade política e administrativa servindo-se das intervenções dos agrupamentos associativos dos jovens.

Segundo jovens associados, aos olhos dos beneficiários dos seus projectos, as actividades associativas são apresentadas pelas autoridades locais como sendo iniciativas que se enquadram no dever natural do Estado de assegurar o controle e sobretudo a assistência destes cidadãos. Se teoricamente e ao nível das representações se distingue o que diz respeito ao Estado e o que diz respeito ao sector associativo, os discursos dos jovens sobre este assunto mostram que na prática as autoridades locais legitimam-se fazendo crer que esta distinção não existe e que ela nunca existiu, segundo a experiência anterior dos agrupamentos de massa. Esta-se perante uma relação cuja natureza ilustra, de certa maneira, a complexidade e a ambiguidade das recomposições e dinâmicas socioplíticas a nível local. Mais uma vez e a todo o custo, o Estado (re) inventa uma “engenharia política” para se fazer presente em todos sítios e sobretudo fazer-se ver por todos.

Como é que os jovens associados se posicionam em relação a estas práticas e estratégias de supervisão e de apropriação governamental e estática das suas actividades ? À primeira vista, a reacção parece ser de conformidade: já dissemos que segundo eles, é “normal” e “natural” que o Estado faça proveito político. Por outro lado, ao nível do registo discursivo, os dirigentes das associações recorrem ao mesmo “idioma político” propalado pelos governantes e representantes do Estado. Estes, quando perguntados sobre a natureza da relação que eles entretêm com o Estado e o governo, eles respondem que as relações são “pacíficas”, “boas” ou mesmo “porreiras !” e que “não há contradições”, visto que as suas acções se enquadram também nos planos do governo e no PARPA em relação à juventude. Assim, o governo e o Estado são “parceiros” porque projectos e actividades realizados por eles procuram também complementar os domínios prioritários da intervenção governamental e do Estado.

À primeira vista, estas verbalizações pronto-a-falar, podem sugerir aparências de “passividade”, de carácter “instrumentalizado” ou mesmo de “ingenuidade” dos jovens associados. É preciso ter presente que os jovens de hoje não têm o mesmo sistema de valores e o mesmo quadro de entendimento do político de ontem. Os paradoxos no discurso verbalizado dos jovens associados ilustra bem que no seu íntimo, os jovens têm a consciência da sua situação na arena política e sobretudo das motivações que subentendem estas dinâmicas.

Contrariamente a uma instrumentalização e dever de gratidão de certa maneira ingénuo de ontem, formula-se uma hipótese de “conformidade estratégica” dos jovens para com os poderes públicos. É uma conformidade e reconhecimento ao mesmo tempo desejosa de “paz” e uma troca contratual tácita:² os jovens e os agrupamentos associativos mostram-se maleáveis nas suas relações com o Estado, comportam-se como complemento dócil dos poderes públicos na condição de serem também considerados e reconhecidos.

Os jovens associados compreenderam bem que a pior coisa que pode acontecer é ter “desgostos” e “contradições” com as autoridades estatais/partidárias. No seu discurso, eles já indicaram que contornar o Estado pode criar “impasses” para a realização das actividades assim como para a legitimidade ou mesmo para a existência das suas organizações. Como se pode inferir se as condições de transmissão e interiorização da cultura política conhecem actualmente profundas transformações, também as estratégias dos actores não vão escapar a esta regra imposta pelo contexto.

O Conselho Nacional da Juventude: Arena de confrontos com vista ao (re)quadramento político institucional dos jovens

Ao longo de toda a reflexão sobre este tema, sustenta-se que o engajamento associativo dos jovens e a sua relação com o Estado remete à natureza das relações com o sistema político anterior. Esta herança é marcada pelas condições de transmissão e de interiorização de uma nova cultura política que emerge num longo processo de mudança e abertura do sistema político no quadro da liberalização política em curso nos últimos anos.

Na sua relação com os jovens, o Estado privilegiou sempre uma abordagem de natureza institucional. Ontem, a forma mais apropriada considerada pelo partido-Estado FRELIMO foi o enquadramento dos jovens numa única estrutura organizacional, acção concretizada pela criação da Organização da Juventude Moçambicana. Na actualidade, observa-se a mesma abordagem e estratégia de enquadramento na insistente interpelação e sensibilização governamental para que os jovens se associem. Com a abertura política e a consagração da liberdade de associação, vêm-se emigir organizações juvenis que se manifestam fora do quadro partidário. Neste contexto, a OJM

² Este contrato tácito pode se manifestar também em renúncia estratégica da prática de uma cidadania politicamente activa

não podia mais se afirmar e falar em nome de todos os jovens do país porque ele era e é ainda a ala jovem do partido FELIMO.

É neste quadro da impossibilidade política da OJM em representar a juventude moçambicana na sua diversidade, por um lado; e a constatação da dispersão de iniciativas dos jovens, por outro lado, que o Estado vê aparecer o quadro legitimador para a criação de uma nova instituição que pretendia congregante de todas as sensibilidades dos jovens assim como uniformizar as suas vozes. É criada em 1995 a comissão instaladora do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), uma instituição que pretende servir de interlocutor válido entre os jovens e o Estado, servir de plataforma de coordenação das associações e organizações dos jovens e ter também a missão de encorajar e levantar a voz da juventude no quadro do exercício da cidadania.

Entre workshops, seminários, reuniões ou mesmo viagens para o estrangeiro para colher experiências de outros lugares, a criação desta instituição é legitimada pelo decreto no. 4/96 de 20 de Março, aprovada pelo Conselho de Ministros, mas ela nasce durante a sua conferência constitutiva, realizada no ano seguinte em Xai-Xai. No momento da sua institucionalização, este órgão tinha-se fixado os objectivos seguintes:³

- a) coordenar as actividades das associações e organizações que intervêm a favor do jovem e do adolescente;
- b) representar e defender interesses das associações e organizações dos jovens perante organismos do Estado, governamentais e não governamentais;
- c) contribuir para o desenvolvimento da vida associativa dos jovens, com vista à sua participação na vida sócio-cultural, política, económica, educativa das comunidades em que estão inseridos.

O Conselho Nacional da Juventude é aqui tomado como um caso de análise porque esta instituição tornou-se numa espécie de *arena*, onde se registam dinâmicas e confrontações de motivações diversas, sobretudo políticos. Este confronto envolve por uma lado, os dois maiores partidos a FRELIMO e a RENAMO, que vêm na CNJ um espaço que lhe permita dominar tutelar politicamente os jovens; e por outro, é alimentado pelas expectativas individuais de líderes do CNJ que vêm neste órgão um espaço para construir capitais que lhe permitam ascender no campo

³ Artigo 5 dos *Estatutos do Conselho Nacional da Juventude*

político. Dito de outra forma, o CNJ é percebido e visto por alguns jovens como o terreno institucional ideal, uma espécie de “vitrina” pela qual se pode assegurar a ascensão sócio-política.

O processo de controle político do CNJ, ocorreu em duas fases: a primeira compreende o período de 1997 ano em que é criado até 2000 quando é dissolvida a respectiva direcção. A segunda fase ocorre desde a realização de eleições polémicas em 2001 até 2004, ano em que foi conduzida o trabalho de pesquisa que sustenta esta reflexão. Embora não tenha sido feita um empreendimento analítico profundo sobre o actual momento do CNJ considera-se que a eleição da direcção que actualmente dirige o CNJ ocorreu no contexto da mesma dinâmica: identificando inicialmente que o problema do CNJ estava nas “cinturas políticas” em sua volta e que era imperativo afastá-las e apresentando-se como independente e neutro e pretendendo criar um CNJ “unido na diversidade”, o actual presidente do CNJ assumiu a direcção do CNJ representando a ala jovem do partido no poder.

No entanto, a instituição é na actualidade acusada pelas associações membros de nada fazer para beneficiar as associações membros; é tida como excessivamente politizada e de agir mais como uma associação em concorrência com as organizações membros no lugar de agir como um instrumento de pressão e de interlocução em relação ao Estado.

1ª fase: O golpe

Um pouco depois da sua criação (acredita-se que foi por pressão), o CNJ viu-se instalada na capital do país, perto da sede do partido no poder (FRELIMO), uma situação que retirou a legitimidade da instituição em tanto que órgão independente e imparcial do ponto de vista político e partidário, como era a sua pretensão inicial. Nesta fase as actividades do CNJ não lograram sucessos e/ou mudanças significativas que correspondem-se aos objectivos pelos quais o órgão foi criado.

Como consequência das contestações derivadas pela insatisfação das associações filiadas, uma crise de liderança abanou a instituição. A primeira direcção do CNJ e sobretudo o seu presidente Celso Ventura é destituído em 1998, acusado de desvio de fundos e de ter deixado a instituição à deriva sem assumir as respectivas responsabilidades. A direcção foi também acusada de incapacidade em concretizar o seu programa assim como de privilegiar a satisfação de interesses

individuais em detrimento das finalidades colectivas.⁴ Esta crise precipitou mudanças notórias na vida da instituição, sobretudo no que diz respeito à natureza da sua relação com o governo e com o campo político e partidário.

Com a crise instalada o governo aproveitou-se para iniciar um processo de ingerência e controle político sobre a instituição. Em 2000, o Ministro da Juventude e Desporto Joel Libombo, atribuiu-se o direito de intervir sob pretexto de ajudar a encontrar soluções para o bem da vida associativa no país. Num encontro com diferentes organizações juvenis que teve lugar a 17 de Dezembro de 2000, o discurso do ministro, no lugar de se concentrar sobre os problemas que afectam a instituição e propôr as respectivas soluções, este sublinha a necessidade de dar passos para a consolidação do associacionismo através do “bom acompanhamento” dos seus dirigentes (Notícias 18/12/2000). Deste período em diante, até à realização das eleições polémicas de 2001, a instituição gerida por um grupo de jovens que se disponibilizaram voluntariamente para o efeito.

A intervenção ministerial que confessou publicamente querer “acompanhar” os líderes do CNJ para consolidar a vida associativa dos jovens representava o princípio de uma vontade expressa do governo e do Estado em exercer o seu domínio político sobre estruturas e instituições supostas representar juventude. O transbordar desta estratégia revela-se durante o escrutínio eleitoral de 2001 que conduziu ao poder a anterior direcção do CNJ. Ao querer se apoderar da instituição o governo e o seu partido FRELIMO impuseram o seu candidato, que não saía do meio associativo, contrariamente aos dispositivos instituídos a este respeito.

2ª fase: vestígios do controle político do CNJ

No princípio deste processo eleitoral, foram intensificadas reuniões com os jovens oriundos de meios associativos não partidários com vista à constituição de uma lista de candidatos. Estes encontros tinham em vista persuadir estes últimos a desistir das suas candidaturas e integrar a lista do candidato próximo da FRELIMO. A persuasão nas falas dos jovens líderes envolvidos, assumiu também uma forma de assédio, que consistiu na promessa para estes jovens “independentes” de bolsas de estudo e de postos na futura e nova direcção do CNJ, como recompensa do abandono do processo.

⁴ Cf. Jornais e periódicos da época

Esta intenção expressa do governo de manter a sua dominação sobre esta instituição suscitou também os apetites políticos da RENAMO, o maior partido da oposição, que queria também se apoderar da instituição. Era bem evidente que os intervenientes do campo político e partidário em particular, estavam preocupados em controlar politicamente a instituição. O interesse pelo controle político das organizações juvenis não constitui nenhuma novidade na história do país, com a excepção de que desta vez não se tratava apenas da FRELIMO. Para os dois partidos, por intermédio do CNJ, pretendiam controlar a juventude que era representada por esta instituição.

Nas eleições de 2001 a direcção do CNJ foi disputada por três candidatos dos quais dois representavam os dois partidos maioritários na Assembleia da República: um jovem deputado suplente da FRELIMO e um jovem deputado da RENAMO e um candidato independente. Através deste processo eleitoral, cada um dos partidos – FRELIMO e RENAMO – queriam efectivamente apoderar-se da instituição, mesmo se nenhum dos seus candidatos não tinham uma experiência e passado no campo do associativismo, com a excepção do candidato “independente” que era oriundo do mundo associativo e já tinha sido membro de várias organizações.

Ao recorrer à experiência e à “engenharia política” neste tipo de situações, o governo e a FRELIMO conseguiram fazer eleger o seu candidato na segunda volta que o opunha ao candidato “independente”. O processo eleitoral foi contestado sob acusação de fraude e manipulação dos resultados bem o recurso a investimentos de natureza corruptiva.⁵

Embora a constituição da lista do vencedor – tenha sido produto de “entendimentos” e de arranjos preliminares com outras sensibilidades da juventude fora do partido FRELIMO, a composição final da direcção do CNJ mostra que, com efeito, o partido maioritário apodera-se da instituição. Os postos mais importantes são ocupados por jovens da FRELIMO: o presidente Gilberto Mendes, era seu deputado suplente no parlamento, e o posto de secretário-geral a quem compete assegurar o funcionamento efectivo da instituição foi tomado pelo antigo secretário da OJM, Edson Macuácuá, que foi recuperado um pouco depois para se responsabilizar pelo departamento de mobilização e propaganda do partido no poder, funções que desempenha até a actualidade. Os outros membros da direcção, frutos de arranjos preliminares ocuparam postos auxiliares e o seu poder de decisão não se fazia sentir senão na ausência dos primeiros.

⁵ A imprensa local na véspera, fez muita referência às práticas diversas, tais como oferta de “presentes antecipados” e subornos aos delegados para assegurar o voto.

Esta prática de ingerência e as dinâmicas de confrontação política de que é objecto o CNJ não somente ilustram uma simples vontade de domínio político para assegurar a conformidade, ela é também o sinal de uma reprodução de lógica de *viveiro* do período anterior e uma estratégia que visa colocar agrupamentos de jovens sob a vigilância, tutela e controle político.

Conclusão

A reflexão empreendida permitiu gerar hipóteses que são necessárias estudar para a compreensão das dinâmicas políticas em contexto moçambicano. Para além de elucidar que a relação mantida pelos jovens com o Estado e com o político, a reflexão mostra que os jovens na actualidade são uma espécie de charneira que experimentam mudanças e a tensão de uma transição entre diversos universos de referências, sobretudo de duas culturas políticas diferentes. Os seus discursos sobre a natureza da relação mantida entre os agrupamentos associativos com o sistema político e o campo partidário em particular, ilustram bem que os jovens integraram e interiorizaram uma diversidade de parâmetros e de grelhas de leitura para decifrar e se posicionar diante da realidade.

Os dados que sobressaiem da reflexão elucidam que o espaço das associações de jovens não é politicamente neutro; é também lugar da confrontação e produção do político. As associações de jovens precisam de se situar em relação aos poderes públicos para funcionar, ocorrendo interpenetração e mesmo cumplicidade entre o campo político ou mesmo partidário e as associações.

Como perspectivas importa considerar que a necessidade que estas associações (entanto que membros e grupos) tem de manter relações actores do campo político e do governo, qualquer que seja a sua natureza, obrigará as associações a articular-se cada vez mais com estas instâncias e em consequência, tenderão mais ou menos a politizar-se também. Neste sentido, a autosuficiência da “sociedade civil” e neste caso o antipolitismo indispensável das associações e a sua autonomia em relação a este campo não são mais que uma ilusão enganosa.

Bibliografia

ABRAHAMSSON, Hans et NILSSON, Anders (1998) *Moçambique em transição. História do desenvolvimento durante o período 19974-1992*. Maputo: CEEI-ISRI/PADRIGU

D'ALMEIDA-TOPOR, Hélène & GOERG, Odile (1989) *Le mouvement associatif des jeunes en Afrique noire francophone au XX siècle*. Paris: L'Harmattan (Cahier "Afrique noire", Cahier n° 12)

BAYART, J.-F (1989) *L'Etat en Afrique. La politique de ventre*. Paris : Fayard

BARTHELEMY, Martine (2002) *Associations, une nouvelle âge de participation sociale ?* Paris : Presses de Science Po

BIZA, Adriano (2004) *Des Jeunes et des Associations au Mozambique : Enjeux et Dynamiques Actuelles*. Paris : IEDES/Université de Paris 1 – Sorbonne. Mémoire de DEA en Anthropologie et Sociologie Critiques du Développement.

BLUNDO, Giorgio (2000) « Élus locaux et courtiers en développement au Sénégal. Trajectoires politiques, modes de légitimation et stratégies d'alliance » in Olivier de Sardan, Jean-Pierre ; Bierschenk, Thomas & Chauveau (dir.) *Courtiers en développement. Les villages africains en quête de projets*. Paris : Karthala, pp. 71/100

BOITARD, François (2001) « L'Etat et les associations, entre méfiance et allégeance » in *Hommes & Migrations n. 1229 pp. 4/10*

BOURDIEU, Pierre (1994) *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris : Éditions du Seuil

CHABAL, Patrick et DALLOZ, Jean-Pascal (1999) « Les illusions de la société civile » in *L'Afrique est partie ! Du désordre comme instrument politique*. Paris : Economica

DELHOUME, Catherine (cord.) (2002) *Contre-pouvoirs et démocratisation : une étude comparative du rôle des syndicats et des associations dans quatre pays (Algérie, Bosnie-Herzégovine, Mexique, Roumanie)*. Paris : Université Paris1, CRI/IEDES (Textes de recherche n. 46)

FRELIMO (1976) « Resolução sobre os estatutos do partido » in Documentos da oitava sessão do Comité Central da Frelimo. Maputo : Departamento de Informação e Propaganda, pp. 57/68

FRELIMO (1997) Relatório do Secretariado Nacional da OJM à I Conferência da Juventude Moçambicana. Maputo

FRELIMO. Troisième congrès. Rapport du Comité Central. Paris : L'Harmattan (s/d)

HAUBERT, Maxime (2000) « L'idéologie de la société civile » in Haubert, Maxime & Rey, Pierre-Philippe (cords) *Les sociétés civiles face au marché. Le changement social dans le monde post colonial*. Paris : Karthala, pp. 13/86

JOSÉ, Alexandrino & MONTEIRO, A. (1995) *ONG's: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (Collecção Nosso Chão n. 5)

KULIPOSSA, Fidelx Pius (1997) *Sociedade civil, ONG's e boa governação no processo de reformas das relações estado-sociedade em Moçambique : um quadro teórico, conceitual e empírico para debate*. Maputo: Ministério da Administração Estatal/Programa de Reforma dos Órgãos Locais, Texto de discussão n. 02

LABADIE, Francine et RAGI, Tariq (2002) « Les jeunes et le politique » in Agora n. 30 *Jeunes, Engagement et Démocratie*. Paris : l'Harmattan, pp. 14/26

MACHEL, Samora Moisés « Discurso na abertura da sétima sessão do Comité Central da Frelimo », l'bane 19 de Junho de 1975 in Joao Reis e Aramando Pedro (comp.) *Datas e documentos da história da Frelimo*, segunda edição. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1975, pp. 433/448

MACHEL, Samora Moisés (Março 1980) *Sobre os problemas, função e tarefas da juventude Moçambicana*. Segunda edição Maputo: INLD/79 e Imprensa Nacional

MANDLAVA, Henrique “A juventude em Moçambique: o presente e o futuro” in *A voz da juventude*, paru dans le journal *Zambeze*, 04 septembre 2003

MBEMBE, J. A (1985) *Les Jeunes et l'ordre politique en Afrique noire*. Paris: L'Harmattan (coll. Logiques sociales)

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS (2001) *Directório nacional das associações juvenis*. Maputo: DNAJ, Departamento do Associativismo juvenil

MUNGUAMBE, Miguel « Juventude, as mãos e o trabalho » in journal *Noticias n. 25073*

MUXEL, Anne « Les contours de l'expérience politique des jeunes » in Danbech, Noël & Deljarri, Bernard (2002) *Nous sommes aussi des citoyens ! Regard de jeunes sur notre société*. Enquête conduite pour la Délégation Interministérielle à l'Insertion des Jeu

OTAYEK, René « 'Vu d'Afrique'. Société civile et démocratie. De l'utilité du regard décentré », *Revue Internationale de Politique Comparée*, vol. 9 n.2, 2002, pp. 193/212

PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO 1994-1999

PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO 2000-2004

ROCHA, Auréio (2002) *Associativismo e nativismo em Moçambique – contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Promédia (colecção Identidades)

SOPA, Antonio (2003) « Associativismo em Moçambique. Apontamentos para a sua história » comunicado feito no quadro da *Reunião Anual da Nova Plataforma da Sociedade Civil*, realizada em Maputo de 11 a 14 fevereiro de 2003

TOURRAINE, Alain (1994) *Qu'est-ce la démocratie?* Paris : Fayard



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz